

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	13
PREFÁCIO	
Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
INTERESSES DIFUSOS, PATRIMÔNIO PÚBLICO E MORALIDADE ADMINISTRATIVA.....	23
1.1 Interesses difusos no Direito Brasileiro	23
1.1.1 Interesse, vontade e direito subjetivo.....	23
1.1.2 Interesses individuais e coletivos	30
1.1.3 Dimensão constitucional dos direitos coletivos	35
1.1.4 Espécies de interesses coletivos	37
1.1.5 Interesses difusos	43
1.1.6 Interesses difusos e interesse público	51
1.1.7 Interesses difusos e constituição	60
1.2 Tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa como um interesse difuso	63
1.2.1 Patrimônio público e moralidade administrativa	63
1.2.2 Dever constitucional de conservar o patrimônio público	72
1.2.3 A tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa como um interesse difuso	75
CAPÍTULO 2	
DA EXISTÊNCIA DE UM MICROSSISTEMA DA TUTELA COLETIVA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA	83
2.1 Microsistema de normas da tutela coletiva	83
2.1.1 Microsistema	83
2.1.2 O fenômeno dos microsistemas no Brasil.....	93
2.1.3 Microsistema da tutela coletiva no Brasil e sua evolução	98

2.2	Dos instrumentos legais da tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa.....	112
2.2.1	Ação constitucional popular.....	112
2.2.2	Ação constitucional de responsabilidade por ato de improbidade administrativa.....	122
2.2.3	Ação constitucional de ressarcimento ao erário.....	124
2.2.4	Ação constitucional civil pública de defesa do patrimônio público.....	129
2.2.5	Ação infraconstitucional ministerial de invalidade de ato administrativo.....	133
2.3	O microsistema de tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa.....	135
2.3.1	Fins e características comuns das leis de tutela coletiva do patrimônio público e da moralidade administrativa.....	135
2.3.2	Reconhecimento das leis da tutela coletiva do patrimônio público e da moralidade administrativa como um microsistema.....	139

CAPÍTULO 3

INTERPRETAÇÃO DO MICROSSISTEMA DA TUTELA COLETIVA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA..... 145

3.1	Interpretação do microsistema à luz do método do diálogo das fontes.....	145
3.2	Diretriz da interpretação.....	160
3.3	Casuística da interpretação.....	162
3.3.1	Legitimados ativos para o pedido de aplicação das sanções civis.....	162
3.3.2	Polo passivo da demanda.....	167
3.3.3	Citação dos beneficiados por edital.....	174
3.3.4	Posição da pessoa jurídica lesada na relação processual.....	180
3.3.5	Formação dinâmica da relação jurídico-processual.....	185
3.3.6	Juízo de prelibação.....	191
3.3.7	Prescindibilidade de processo cautelar para concessão de medida cautelar.....	195
3.3.8	Indisponibilidade dos bens.....	198
3.3.9	Afastamento cautelar.....	209
3.3.10	Atuação interventiva do Ministério Público.....	220
3.3.11	Impossibilidade de transação.....	224
3.3.12	Prazo para a prolação da sentença.....	230
3.3.13	Ressarcimento do dano material e sentença.....	231
3.3.14	Ressarcimento do dano moral e sentença.....	238
3.3.15	Reexame necessário em caso de improcedência.....	241
3.3.16	Efeitos com que a apelação é recebida.....	243

3.3.17 Extensão subjetiva da coisa julgada	245
3.3.18 Execução na folha de pagamento	247
3.3.19 Prazo prescricional.....	251
CONCLUSÃO	255
REFERÊNCIAS.....	263
ÍNDICE DE ASSUNTO	271
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	277